



114



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0203576-5

IMPETRANTE: Geraldo Manoel da Silva

PACIENTE: Geraldo Manoel da Silva

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. LATROCÍNIO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. INEXISTÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 STJ. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DEFENSOR NO PATROCÍNIO DA CAUSA. AUTOS CRIMINAIS REMETIDOS À DEFENSORIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Encerrada a instrução criminal resta superado o argumento de constrangimento ilegal por excesso de prazo, de acordo com a inteligência da Súmula 52 do STJ;
2. Não há constrangimento ilegal quando, constatada a impossibilidade financeira de o réu arcar com o pagamento de advogado particular, a autoridade impetrada determina que o paciente seja assistido pela Defensoria Pública;
3. Ordem denegada, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 203576-5, em que figura como impetrante e paciente Geraldo Manoel da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 22 de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife 22 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



115

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0203576-5

IMPETRANTE: Geraldo Manoel da Silva

PACIENTE: Geraldo Manoel da Silva

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

RELATÓRIO

Geraldo Manoel da Silva, qualificado nos autos, impetrou em causa própria a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibirajuba/PE, juízo perante o qual responde ao processo nº 476.2006.000004-8.

O impetrante/paciente informa que se encontra preso desde o dia 30/08/2006, sob a acusação de ter praticado o delito de latrocínio.

Em síntese, alega estar sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa, tendo em vista que se encontra preso desde a mencionada data da prisão, sem que, a instrução criminal tenha sido concluída. Assim, requer o relaxamento de sua prisão.

O impetrante/paciente noticia ainda que não possui defensor.

A inicial não veio instruída com quaisquer documentos.

Pleito liminar indeferido às fls. 10/11.

Instada a se manifestar, a autoridade impetrada prestou informações às fls. 14/19 e acostou os documentos de fls. 20/37.

O Ministério Público Estadual, em parecer da lavra da Procuradora de Justiça, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pela denegação da ordem, às fls. 41/44.

É o relatório.

JAMC



116



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

VOTO DO RELATOR

Como visto, a presente ordem de Habeas Corpus foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual se encontra preso, por força de autuação em flagrante delito, sob a acusação de ter praticado as condutas previstas nos artigos 157, § 3º, segunda parte; 288, parágrafo único; e art. 14 da Lei 10.826/2003, c/c com art. 29 e art. 69, todos do Código Penal Brasileiro.

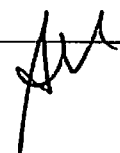
"*In casu*", o crime de latrocínio ocorreu no dia 29/08/2006, por volta das 3h da madrugada, na Cidade de Ibirajuba, levando a óbito um conhecido comerciante local. Consta da denúncia, acostada às fls. 20/28, que a participação do paciente na empreitada criminosa se traduziu nas condutas delituosas de fornecimento de armas de fogo e abrigar os demais integrantes da quadrilha após a prática do evento delituoso.

O paciente impetrou a presente ordem se insurgindo contra a sua prisão provisória, sob o argumento de que sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo para formação da culpa.

Saliento que tanto a doutrina como a jurisprudência vêm reconhecendo que a manutenção do réu em isolamento celular por tempo superior ao que a lei prevê, caracteriza constrangimento ilegal reparável pela via do habeas corpus.

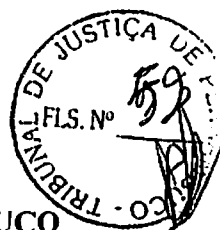
No entanto, entendo que o prazo para conclusão da instrução criminal não é absolutamente rígido, sendo perfeitamente aceitável que haja a dilação do mesmo, até quando não provocada pela defesa, se devidamente justificada. Há situações nas quais alguns entraves processuais ocorrem e, por respeito à garantia constitucional do contraditório, forcem o magistrado a dilatar o prazo de conclusão da formação da culpa.

Nestes casos a superação do prazo, por si só, não leva à imediata e automaticamente ao reconhecimento do constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, mas deve sempre ser analisada à luz do Princípio da Razoabilidade. Há que se examinar o andamento do feito, a regularidade, a razoabilidade da sequência dos atos processuais.


JAMC



117



3

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Na hipótese destes autos, houve um alongamento da instrução processual, este justificado pela complexidade do feito que se concretiza na pluralidade de réus, na deprecação de atos processuais e no desmembramento processual quanto a um dos denunciados.

Ocorre que, *in casu*, apesar da dilação da instrução criminal, deu-se o encerramento da mesma. E, uma vez ultimada esta, não há que se falar em excesso de prazo, consoante entendimento da Súmula nº 52 do STJ, cujo teor passo a transcrever:

"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Assim, a alegação de excesso de prazo na formação da culpa, portanto, não merece prosperar, uma vez que, estando encerrada a instrução processual, não há que se falar em excesso de prazo, consoante entendimento sumulado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Outrossim, não merece guarida a alegação de que o paciente/impetrante não possui defensor, pois, a autoridade impetrada informou, à fl. 15, que o paciente foi acompanhado por advogado constituído quando do interrogatório judicial e que diante da alegada impossibilidade financeira de arcar com o causídico, requisitou defensor público para patrocinar a causa. Inclusive, em pesquisa realizada no sítio eletrônico deste egrégio Tribunal de Justiça, observamos que o feito criminal foi remetido à Defensoria Pública desde o dia 18/12/2009, para esta se pronunciar nos termos do artigo 402 do CPP, no prazo de 05 (cinco) dias.

Corroborando com o narrado, a Procuradora de Justiça, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, expõe no seu parecer que "cabe acrescentar que, segundo as informações prestadas pelo juízo a quo, o processo em apreço já se encontra com a instrução criminal encerrada, superando, com isso, os fundamentos do presente mandamus, por não serem mais acolhidas as alegações de constrangimento ilegal por excesso de prazo, em virtude da expressa disposição da súmula 52, do Superior Tribunal de Justiça (...). Outrossim, o argumento de constrangimento ilegal pela suposta ausência de profissional do direito para patrocinar a causa do paciente, também não merece colhida. Pelas informações colhidas do documento inserto às fls. 14/19, tem-se que desde o nascedouro do processo, o acusado vem sendo assistido por advogado e, frente ao noticiado pelo

JAMC



118



4

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

paciente quanto à sua impossibilidade de manter advogado particular, o magistrado presidente do feito instou a Defensoria Pública da Comarca de Garanhuns para designar um Defensor Público ”.

Por tais razões, verifico que inexistente qualquer constrangimento ilegal a ser sanado por meio da presente ordem.

Ante o exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator